

Atos Oficiais

Leis e Decretos:

DECRETO Nº 7.176, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Ribeirão Pires.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

CONSIDERANDO a plena proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 17, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada, em todo o território nacional, dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 4.622, de 07 de agosto de 2002, alterada pelos Decretos Municipais nº 5866, de 13 de agosto 2007 e nº 6.701, de 05 de abril 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo I, o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Ribeirão Pires.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de junho de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DE BIAZI

Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo 4673/2018 – PMRP

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

ANEXO I - REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE RIBEIRÃO PIRES

GESTÃO 2020-2023

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar (CT) da Estância Turística de Ribeirão Pires, criado pela Lei Municipal nº 4.622, de 07 de agosto de 2002, alterada pela Lei nº 5.056 de 05 de março de 2007.

Artigo 2º - O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

Artigo 3º - O Conselho Tutelar de Ribeirão Pires é composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pelos cidadãos residentes no município, através de processo eleitoral.

§1º Os membros do Conselho Tutelar serão nomeados e empossados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Ribeirão Pires, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida reconduções.

§2º Recondução refere-se à possibilidade de exercício de mandatos subsequentes, com a sujeição ao preenchimento de todos os requisitos para a inscrição da candidatura e ao processo de escolha da comunidade.

Artigo 4º - O Conselho Tutelar funcionará em instalações exclusivas, fornecidas pelo Poder Público Municipal, atualmente com sede na Rua Domingos Benvenuto, 35 – Centro, Ribeirão Pires.

Artigo 5º – O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta-feira das 08h às 17h.

1. Para atendimento de situações emergenciais fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados, será realizada uma escala de plantões, no molde previsto no presente Regimento Interno.
2. Para dias de recesso, pontos facultativos, expediente diferenciado, o Conselho Tutelar acompanhará o funcionamento do Poder Executivo Municipal.
3. O Conselho Tutelar também se deslocará periodicamente, em caráter preventivo, ou sempre que solicitado, às localidades situadas fora da sede do município, assim como para realizar visitas de inspeção às entidades e programas de atendimento à criança e ao adolescente e outras diligências a seu cargo, caso em que permanecerão ao menos 02 (dois) membros do Conselho Tutelar em sua sede, durante o horário normal de expediente, de modo a garantir o regular atendimento ao público.

Parágrafo único – O horário de atendimento das/as Conselheiras/os Tutelares está disposto no artigo 29 deste Regimento.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 6º - São atribuições do Conselho Tutelar:

1. Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 da Lei Federal 8.069/90, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII da mesma lei;
2. Atender e aconselhar os genitores e/ou responsáveis legais, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII do ECA;
3. Fiscalizar as entidades de atendimentos de crianças e adolescentes situadas no município e os programas por estas executadas, conforme art. 95, da Lei nº 8.069/90, devendo, em caso de irregularidades, representarem à autoridade judiciária no sentido da instauração de procedimentos judicial específico, nos moldes dos artigos 191 a 193, do mesmo Diploma Legal;
4. Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, propondo a instauração de procedimentos judiciais por infração ao disposto no art. 249, da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo de outras medidas administrativas e/ou judiciais, no sentido da garantia das prerrogativas do Conselho Tutelar e da proteção integral das crianças e dos adolescentes e/ou famílias atendidas.
5. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente (artigos 228 a 258, da Lei 8.069/90), inclusive quando decorrente das notificações obrigatórias a que aludem os artigos 13 e 56, inciso I da Lei

8.069/90;

6. Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, sempre que constatar a ocorrência das situações previstas nos artigos 1637 e 1638, do Código Civil;
7. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; (art. 148 da Lei nº 8.069/90);
8. Representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de infração administrativa às normas de proteção da criança ou do adolescente, para aplicação das penalidades administrativas correspondentes (artigos 194 e 245 a 258, da Lei nº 8.069/90);
9. Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no ECA, art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional, com seu encaminhamento aos serviços públicos e programas de atendimento correspondentes;
10. Expedir notificações;
11. Requisitar, junto aos cartórios competentes, as segundas vias das certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;
12. Representar, em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão, que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como contra propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente, (art. 202§ 3º, da Constituição Federal, e art. 136 do ECA);
13. Fornecer ao CMDCA dados relativos às maiores demandas de atendimentos e deficiências estruturais existentes no Município, propondo adequação do atendimento prestado à população infantojuvenil pelos órgãos públicos encarregados da execução das políticas públicas, assim como a elaboração e implementação de políticas públicas específicas, de acordo com as necessidades de atendimento à criança e ao adolescente.
14. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes, devendo acompanhar desde o início, todo o processo de elaboração, discussão e aprovação das propostas das diversas Leis Orçamentárias (Plano Orçamentário Anual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual), apresentando junto ao órgão competente da Administração Pública (Secretaria ou Departamento de Planejamento ou Finanças), assim como ao CMDCA, dados relativos às maiores demandas e deficiências estruturais de atendimento à criança e ao adolescente que o Município possui, que deverão ser atendidas, em caráter prioritário, por ações, serviços públicos e programas específicos a serem implementados pelo Poder Público em respeito ao disposto no art. 4º, *caput* e par. Único, alíneas “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90 e art. 227, *caput* da CF;
15. Organizar palestras, seminários, workshops em parceria com instituições, sindicatos e afins, com o objetivo de formar a sociedade.

§1º O atendimento prestado à criança e ao adolescente pelo Conselho Tutelar pressupõe o atendimento de seus genitores e/ou responsáveis legais, assim como os demais integrantes de sua família natural ou substituta, que tem direito à especial proteção por parte do Estado, e a ser encaminhada a programas específicos de orientação, apoio e promoção social (cf. art. 226, *caput* e § 8º da Constituição Federal, art. 101, inciso IV e 129, incisos I a IV da Lei nº 8.069/90 e disposições correlatadas na Lei nº 8.742/93-LOAS);

§2º O atendimento prestado pelo Conselho Tutelar às crianças e aos adolescentes acusados da prática de ato infracional se restringe à análise da presença de alguma das situações previstas no art. 98 da Lei nº 8.069/90, com a subsequente aplicação das medidas de proteção e destinados aos genitores e/ou responsáveis legais, nos

moldes do art. 101, incisos I a VII e 129, incisos I a VII, do mesmo Diploma Legal, ficando a investigação do ato infracional respectiva, inclusive no que diz respeito à participação de adolescentes e imputáveis, assim como a eventual apreensão de armas, drogas ou do produto da infração, a cargo da autoridade policial responsável;

§3º O Conselho Tutelar somente aplicará medida de abrigo quando constatada a falta dos genitores e/ou responsáveis legais, devendo zelar pela estrita observância de seu caráter provisório e excepcional, a ser executado em entidade própria, cujo programa respeite aos princípios relacionados no art. 92, da Lei nº 8.069/90, não importando em restrição da liberdade e nem ter duração superior ao estritamente necessário para reintegração à família natural ou colocação em família substituta (devendo a aplicação desta última medida ficar, exclusivamente, a cargo da autoridade judiciária competente);

§4º Caso o Conselho Tutelar, depois de esgotadas as tentativas de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares, ou em virtude da prática, por parte dos genitores e/ou responsáveis legais, de grave violação dos deveres inerentes ao poder familiar, assim como documentação de tutela ou guarda, se convencer da necessidade de afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar e/ou da propositura de ação de suspensão ou destituição do poder familiar, fará imediata comunicação do fato ao Ministério Público (art. 136, incisos IV e V art. 201, inciso III, da Lei nº 8.069/90), ao qual incumbirá a propositura das medidas judiciais correspondentes;

§5º O disposto no parágrafo anterior deve ser observado mesmo nos casos de suspeita de confirmação de maus tratos ou abuso sexual impostos pelos genitores e/ou responsáveis legais, sendo em qualquer hipótese aplicável ao disposto no art. 130, da Lei nº 8.069/90, com o afastamento cautelar do agressor da companhia da criança ou adolescente e seus demais familiares. Apenas caso esta providência não se mostrar viável, por qualquer razão, a criança ou o adolescente (juntamente com seus irmãos, se houver), deverá ser encaminhada a um abrigo, devendo ser a medida respectiva aplicada em sede de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos genitores e/ou responsáveis legais o direito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal (CF art. 5º, incisos LIV e LV);

§6º Nos casos em que o Conselho Tutelar aplicar a medida de abrigo (com estrita observância do disposto no §4º supra), o fato deverá ser comunicado ao Juiz e ao Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, e se por qualquer razão não for possível o imediato recambio à família de origem, deverá o Conselho Tutelar zelar para que seja deflagrado procedimento judicial específico destinado à suspensão ou destituição do poder familiar e/ou a colocação em família substituta, de modo que a criança ou adolescente permaneça abrigada pelo menor período de tempo possível.

Artigo 7º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Artigo 8º - Sempre que necessário, os membros do Conselho Tutelar deverão orientar a todos que, na forma do disposto no art. 236, da Lei 8.069/90, constitui crime, punível de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar no exercício de atribuição prevista no referido Diploma Legal, podendo, a depender da situação, requisitar o concurso da força policial e mesmo dar voz de prisão àqueles que incorrerem na prática ilícita respectiva.

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA

Artigo 9º - O Conselho Tutelar é competente para atender qualquer criança ou adolescente em situação de risco, cujos genitores e/ou responsáveis legais tenham domicílio na área territorial correspondente ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires (cf. artigos 138, 147, inciso I, da Lei nº 8.069/90).

§1º Quando os genitores e/ou responsáveis legais forem desconhecidos, já falecidos, ausentes, ou estiverem em local ignorado, é competente o Conselho Tutelar do local em que se encontra a criança ou adolescente (cf. artigos 137 e 147 inciso II da Lei nº 8.069/90);

§2º Tratando-se de crianças ou adolescentes cujos genitores e/ou responsáveis legais tenham domicílio em outro município, realizado o atendimento emergencial, o Conselho Tutelar comunicará os fatos as autoridades competentes daquele local;

§3º O encaminhamento da criança ou do adolescente para município diverso somente será concretizado após a confirmação de que seus genitores e/ou responsáveis legais são de fato lá domiciliados, devendo as providências para o recâmbio serem tomadas pelo órgão público responsável pela assistência social do município de origem da criança ou do adolescente, cujos serviços podem ser requisitados pelo Conselho Tutelar local na forma prevista no art. 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90;

§4º Em nenhuma hipótese, o recâmbio da criança ou do adolescente a seu município de origem, ou a busca de uma criança ou adolescentes cujos genitores e/ou responsáveis legais sejam domiciliados no município de Ribeirão Pires, e se encontrem em local diverso, ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, ao qual incube apenas a da medida correspondente (art. 101, inciso I, da Lei nº 8.069/90), com a requisição junto ao órgão público competente dos serviços públicos necessários a sua execução (cf. art. 136, inciso III, alínea “a” da Lei nº 8.069/90);

§5º Com o retorno da criança ou adolescente que se encontrava em município diverso, antes de ser efetivada sua entrega a seus genitores e/ou responsáveis legais, deve ser perquirido, se necessário com o auxílio de profissionais das áreas da psicologia e serviço social, as razões daquele ter deixado a residência destes, de modo a apurar a possível ocorrência de maus tratos, violência ou abuso sexual, devendo, conforme o caso, se proceder na forma do disposto no art. 6º, deste Regimento Interno.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSELHO TUTELAR

Artigo 10 - O Conselho Tutelar de Ribeirão Pires conta com a seguinte estrutura administrativa:

1. A Presidência;
2. A Secretaria Geral;
3. O Colegiado;
4. A/O Conselheira/o.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Artigo 11 - O Conselho Tutelar elegerá, dentre os membros que o compõem, um/a Presidente, um/a Vice Presidente e um/a Secretária/o Geral.

§1º O mandato da/o Presidente, Vice Presidente e Secretária/o Geral, terá duração de 01 (um) ano, permitida 01 (uma) recondução aos cargos respectivos.

§2º Na ausência ou impedimento da/o Presidente, a direção dos trabalhos e demais atribuições serão exercidas sucessivamente pela/o Vice Presidente e Secretária/o Geral.

Artigo 12 - As candidaturas aos cargos de diretoria serão manifestadas verbalmente, pelas/os próprias/os Conselheiras/os, perante os demais, na primeira sessão ordinária do Conselho Tutelar, realizada após a posse ou na última sessão ordinária realizada antes do término do mandato da diretoria em exercício.

Parágrafo único - A votação será aberta, devendo cada Conselheira/o ter voto nos 03 (três) candidatas/os, a Presidente, Vice Presidente e Secretária/o Geral.

SEÇÃO III - DA PRESIDÊNCIA

Artigo 13 - São atribuições da/o Presidente:

1. Coordenar as sessões plenárias, participando das discussões e votações;
2. Representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outra/o Conselheira/o;
3. Assinar a correspondência oficial do Conselho;
4. Propor ao CMDCA e outros órgãos públicos a designação de funcionários e bens necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar;
5. Exercer o voto decisivo em caso de empate nas decisões do Conselho.

SEÇÃO IV - DA VICE-PRESIDÊNCIA

Artigo 14 - Cabe à/ao Vice-presidente substituir a/o Presidente na sua ausência.

SEÇÃO V - DA SECRETARIA

Artigo 15 - À/Ao Secretária/o Geral compete, com o auxílio dos funcionários lotados no Conselho Tutelar:

1. Zelar para que os casos recepcionados pelo Conselho Tutelar sejam devidamente formalizados em livro ou ficha apropriada, com anotação de dados essenciais a sua verificação e posterior solução;
2. Preparar junto com a/o Presidente a pauta das sessões ordinárias e extraordinárias;
3. Secretariar e auxiliar a/o Presidente, quando da realização das sessões, lavrando as atas respectivas;
4. Manter sob sua responsabilidade, na sede do Conselho, os livros, fichas, documentos e outros papéis do Conselho, em parceria com a/o auxiliar administrativo mantida/o pelo poder executivo;
5. Elaborar escala de plantão e de visitas às entidades de atendimentos existentes no município;

SEÇÃO VI - DO PLENÁRIO

Artigo 16 - O Conselho Tutelar se reunirá periodicamente em sessões ordinárias e extraordinárias.

§1º As sessões ordinárias ocorrerão duas vezes por mês, em data prévia e horário a ser fixado por decisão da maioria das/os Conselheiras/os (prioritariamente às segundas-feiras);

§2º As sessões extraordinárias serão convocadas pela maioria simples das/os Conselheiras/os, podendo ocorrer a qualquer dia, horário e local, com prévia comunicação a todos os membros do Conselho Tutelar;

§3º As sessões objetivarão a discussão e resolução dos casos, planejamento e avaliação das ações e análise da prática, buscando sempre aperfeiçoar o atendimento à população;

§4º As deliberações do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples das/os Conselheiras/os presentes.

Artigo 17 - De cada sessão lavrar-se-á uma ata simplificada que, após lida, será assinada por todas/os as/os Conselheiras/os presentes, com o resumo dos assuntos tratados, das deliberações tomadas e suas respectivas votações.

SEÇÃO VII - D/AO CONSELHEIRA/O

Artigo 18 - É expressamente vedado ao Conselheiro Tutelar:

1. Usar da função em benefício próprio;
2. Romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;
3. Manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi atribuída;
4. Recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;
5. Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;
6. Deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;
7. Exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos da Lei;
8. Receber, em razão do cargo, qualquer verba a título de honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências.

CAPÍTULO V - DO PROCEDIMENTO TUTELAR

Artigo 19 - As regras de procedimentos do presente CAPÍTULO devem ser interpretadas como orientações gerais, conforme artigo 6º do ECA.

Artigo 20 - Para deliberar acerca das medidas a serem aplicadas à criança, ao adolescente, aos seus genitores e/ou responsáveis legais, o Conselho Tutelar atuará necessariamente de forma conjunta, através do colegiado, discutindo inicialmente cada caso cuja verificação já foi concluída pela/o Conselheira/o encarregada/o, e votando em seguida as medidas propostas pela/o relator/a ou outra/o integrante.

§1º A/O Conselheira/o Tutelar que prestar o atendimento inicial à criança, adolescente ou família, ficará vinculada/o aos demais casos relacionados e que lhe serão distribuídos por dependência, até sua efetiva solução.

§2º A fiscalização de entidades de atendimento, nos moldes previstos no art. 95, da Lei 8.069/90, será sempre realizada por, no mínimo, 02 (duas/dois) Conselheiras/os, que deverão apresentar à plenária um relatório da situação verificada.

Artigo 21 - Durante o horário de atendimento ao público, pelo menos 02 (duas/dois) Conselheiras/os Tutelares deverão permanecer na sede do órgão, ressalvada a necessidade de deslocamento em caráter emergencial em que permanecerá 01 (um/a) Conselheira/o para atendimento imediato de casos urgentes.

Parágrafo único - O Conselho Tutelar providenciará para que todos os órgãos e instituições que prestam atendimento emergencial à criança e adolescente, como hospitais, unidades básicas de saúde, Polícia Civil e Militar, Vara da Infância e Juventude, Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e outros, sejam informados do telefone de Plantão.

Artigo 22 - Ao receber, o Conselho Tutelar, qualquer notícia de criança ou adolescente em situação de risco, seja por comunicação de algum cidadão, dos genitores e/ou responsáveis legais, ou da própria criança ou adolescente, seja de autoridade ou de funcionário público, seja de forma anônima, via postal ou telefônica, ou ainda por constatação pessoal, anotar os principais dados em livro ou ficha apropriada, distribuindo-se o caso de imediato a um/a das/os Conselheiras/os, que desencadeará logo a verificação do caso.

Artigo 23 - Os casos serão atendidos por ordem de acontecimento e gravidade avaliados pelo colegiado.

§1º As providências de caráter urgente serão tomadas pela/o Conselheira/o de plantão, independentemente de qualquer formalidade, procedendo depois ao registro dos dados essenciais para a continuação da verificação e demais providências;

§2º Tal verificação far-se-á por qualquer forma de obtenção das informações, especialmente por constatação pessoal da/o Conselheira/o, através de visita a família ou a outros locais, escuta de pessoas, solicitação/requisição de exames ou perícias e outros;

§3º Concluída a verificação, a/o Conselheira/o encarregada/o fará um relatório do caso, registrando as principais informações colhidas, as providências já adotadas, as conclusões e as medidas que entendem adequadas, abrindo prontuário para cada caso atendido e garantindo que todas as medidas tomadas serão nele explicitadas, garantindo o maior número de informações possíveis sobre cada caso;

§4º Na sessão do Conselho, fará a/o encarregada/o, primeiramente, o relatório do caso, passando em seguida ao colegiado para discussão e votação das medidas de proteção aplicáveis à criança ou ao adolescente (art. 101, I a VII do ECA), bem como outras iniciativas e providências que o caso requer;

§5º Caso o Conselho entenda serem necessárias mais informações e diligências para definir as medidas mais adequadas, transferirá o caso para a ordem do dia da sessão seguinte, providenciando a/o Conselheira/o encarregada/o à complementação da verificação;

§6º Entendendo o Conselho Tutelar que nenhuma providência lhe cabe adotar, arquivará o caso;

§7º Definidas, em Plenário, as medidas, solicitações e providências necessárias, a/o Conselheira/o Tutelar encarregada/o do caso cuidará de imediato da execução, comunicando-as expressamente aos interessados, expedindo as notificações necessárias (cf. art. 136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90), tomando todas as iniciativas para que as crianças e os adolescentes sejam efetivamente atendidos e seus problemas resolvidos;

§8º Cumpridas as medidas e solicitações, e constatando a/o encarregada/o que a criança e o adolescente voltaram a ser adequadamente atendidos em seus direitos fundamentais, o Plenário arquivará o caso.

Artigo 24 - Recebendo o Conselho Tutelar notícia de fato que caracterize, em tese, infração penal praticada contra criança ou adolescente, inclusive em razão do disposto nos artigos 13 e 56, inciso I da Lei nº 8.069/90, será efetuada imediata comunicação ao Ministério Público (cf. art. 136, inciso IV, da Lei nº 8.069/90).

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas neste artigo, o Conselho Tutelar deverá aplicar sua atuação junto à polícia judiciária, de modo a não comprometer a investigação policial acerca da efetiva ocorrência da aludida infração penal, que cabe apenas a esta (e não ao Conselho Tutelar) realizar.

CAPÍTULO VI - DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Artigo 25 - São auxiliares do Conselho Tutelar as/os funcionárias/os designadas/os ou postas/os à disposição pelo Poder Público.

Parágrafo único – As/Os funcionários, quando estão à disposição do Conselho Tutelar, ficam sujeitas/os à coordenação e orientação do Conselho Tutelar.

Artigo 26 - Serão designadas/os pelo Poder Público, as/os seguintes funcionárias/os:

1. Um/a auxiliar administrativo;
2. Um/a recepcionista;
3. Motoristas à disposição, compatíveis com a quantidade de veículos do Conselho Tutelar;

4. Agente de segurança municipal à disposição dos expedientes do Conselho Tutelar;
5. Um/a auxiliar de serviços gerais.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

Artigo 27 - Estará sujeita/o à perda do mandato a/o Conselheira/o Tutelar que:

1. Faltar a cinco sessões alteradas ou três consecutivas sem uma justificativa aprovada pela Presidência do Órgão;
2. Descumprir os deveres inerentes à função;
3. For condenada/o por crime ou contravenção com sentença transitada em julgado.

CAPÍTULO VIII - DAS ESCALAS E HORÁRIOS A SEREM CUMPRIDOS

Artigo 28 - As/Os Conselheiras/os cumprirão 06 (seis) horas presenciais de expediente na sede do Conselho Tutelar, sendo 02 (dois) turnos organizados entre as/os Conselheiras/os.

§1º Os horários serão divididos em dois turnos, sendo esses das 08h às 14h e das 11h às 17h, a fim de sempre ter um/a Conselheira/o disponível nas dependências da sede do CT;

§2º Os horários adotados serão acordados entre as/os Conselheiras/os;

§3º Durante o período de pandemia de COVID-19, com o objetivo de diminuir a exposição das/os Conselheiras/os ao vírus, foi acordado em reunião do colegiado e do CMDCA que as/os mesmas/os prestarão atendimento presencial na sede do CT 10h às 15h, em regime de escalas, sendo 02 (duas/dois) Conselheiras/os presentes por dia. Fora desse horário as/os Conselheiras/os serão acionadas/os através do número (11) 97116-4862, que tomarão as providências cabíveis para o atendimento.

Artigo 29 - As escalas do plantão serão de 07 (sete) dias por Conselheira/o, obedecendo à sequência, de maneira a ser aproximado um plantão por mês para cada membro do Conselho.

§1º Serão cumpridos 05 (cinco) dias (de segunda a sexta) das 17h às 8h, mantendo sempre um/a Conselheira/o à disposição do CT;

§2º Os plantões referentes aos finais de semanas serão de horas corridas, sendo 48 horas referentes ao sábado e ao domingo.

§3º Os plantões noturnos e os de final de semana serão cumpridos dentro das mesmas semanas, ou seja, a/o Conselheira/o assume o plantão na segunda feira, cumpre o plantão até a próxima segunda feira, sendo rendida/o às 8h.

Artigo 30 - A/O plantonista terá como apoio à/ao Conselheira/o que assumirá os plantões na semana seguinte, garantindo assim que as folgas sejam respeitadas.

§1º A/O plantonista atuará, pontualmente, no período do plantão, passando o caso na oportunidade seguinte para o seu apoio, garantindo seu dia de descanso.

§2º Os dias de descanso são de direito e devem ser respeitados, se possível. No impedimento dos mesmos devem ser gozados na primeira oportunidade, contanto que sejam acordadas/os entre as/os Conselheiras/os.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31 – O presente Regimento Interno poderá ser alterado por maioria simples das/os Conselheiras/os, e apresentado ao CMDCA, à Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social e ao Ministério Público, dando ciência, no máximo, de até 30 (trinta) dias após a sua posse, quando for início de mandato, assim como será dada ampla publicidade à população local.

Artigo 32 – As situações omissas no presente regimento serão resolvidas pela plenária do próprio Conselho Tutelar.

Artigo 33 – Este Regimento Interno entrará em vigor após encaminhado ao CMDCA e devidamente publicado nos Atos Oficiais do Município.

Parágrafo único – Cópia integral deste Regimento Interno será afixada na sede do Conselho Tutelar, para conhecimento do público em geral.

DECRETO Nº 7.188, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Altera artigo do Decreto nº 6.912, de 03 de junho de 2019, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

Considerando a necessidade de readequar o número de Estagiários, com base na Reorganização Administrativa vigente;

Considerando a necessidade de realocar a quantidade de estagiários, com base na nova estrutura das Secretarias,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 4º, do Decreto nº 5.809, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, referente à concessão de estágios a estudantes regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizante de ensino médio ou escolas de educação especial, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

I- Chefe do Gabinete do Prefeito (GP): 05 (cinco) estagiários;

II- Secretaria de Governo (SG): 05 (cinco) estagiários;

III - Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ): 25 (vinte e cinco) estagiários;

IV - Secretaria de Finanças e Administração (SFA): 10 (dez) estagiários;

V - Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana (SZMU): 05 (cinco) estagiários;

VI - Secretaria de Obras (SO): 05 (cinco) estagiários;

VII - Secretaria de Educação (SE): 130 (cento e trinta) estagiários

VIII - Secretaria de Saúde e Higiene (SSH) : 12 (doze) estagiários;

- IX** - Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social (SAPIS): 10 (dez) estagiários;
- X** - Secretaria Da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo (SEJEL) 30 (trinta) estagiários;
- XI** - Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SMAHU): 15 (quinze) estagiários;
- XII** - Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil (SSMD): 05 (cinco) estagiários;
- XIII** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico Emprego e Renda (SDER): 05 (cinco) estagiários.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 29 de junho de 2019 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6263/2014 -PM

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

DECRETO Nº 7.195, DE 13 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a recondução, em caráter excepcional, dos membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, nomeados pelo Decreto nº 6.821, de 13 de abril de 2018.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando tudo o que consta do processo administrativo nº 4915/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconduzidos, em caráter excepcional, os membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial– COMPIR, até o dia 31 de dezembro de 2021, nos termos do Artigo 6º. da Lei Municipal nº. 5.357 de 26 / 11/ 2009, com a seguinte composição:

I- SOCIEDADE CIVIL: (Organizações sem fins Lucrativos)

Titular: Jaqueline Aparecida Silva Alves Corrêa

Suplente: Wellington Mariano de Vasconcelos

Entidade: OAB- Ordem dos Advogados do Brasil- Subseção Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra

Titular: Paula Regina Ferreira

Suplente: Tandara Renata Oliveira

Entidade: Grupo de Capoeira Berim-Bras

Titular: Valderez Maria Coimbra Santos

Suplente: Elza da Silva Carlos

Entidade: APEOESP- Subsede Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

Titular: Otávio Ferreira Silva (Ayô Tata)

Suplente: Elza de Oliveira Alves (Kanindé)

Entidade: Associação Kariboka de Ecoturismo, Cultura, Arte e Educação- Centro de Recuperação Indígena

Titular: Baba Wilson dos Santos (WILSON TY ODÉ)

Suplente: Márcia Rípoli Accácio

Entidade: Povo de Terreiro

Titular: Rodrigo Silva Cardoso

Suplente: Priscila Paulino de Moura

Entidade: Nação Hip Hop Brasil

II - PODER PÚBLICO:

Titular: Odília Gomes

Suplente: Sandra Brandão

Secretaria: Saúde

Titular: Ivonete de Lima Fernando

Suplente: Ana Paula da Silva

Secretaria: SEJEL

Titular: Diogo Maciel da Silva

Suplente: Cintia Terumi Kurahashi Serikawa

Secretaria: Educação

Titular: Flávio Anastácio

Suplente: Marcos Sarro

Secretaria: Assuntos Jurídicos

Titular: João Moreira

Suplente: Elisângela dos Santos Moura

Secretaria: Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 13 de julho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DE BIAZI

Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo 4915/2016 - PMRP

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

Lauda N° 20 Ano 2021:

Renovação de licença de Funcionamento – Proc.5261/2015 – Drogaria do Povo Parque Aliança Eireli -
Renovação de licença de Funcionamento – Proc. 8186/2007 – Rita Midori Murakami – Renovação de Licença de
Funcionamento – Coop Cooperativa de Consumo (Av. Sto André) – Proc.2379/2017 - Renovação de Licença de
Funcionamento – Clínica Médica Mizukami Ltda – Proc.6114/2018 – Renovação de Licença de Funcionamento -
Centro Espirita Ismênia de Jesus – Renovação de Licença de Funcionamento – Nova Azenha Farma Ltda –
Proc5963/2010 - Patrícia Bezerra da Silva, Diretora de Vigilância Sanitária.

Pregão Eletrônico:

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO N° 072/2021, Processo de Compras 1748/2021, que trata do registro de preços para fornecimento de medicamentos que atuam no sistema endócrino. Período para cotação das 11:00 horas do dia 26/07/2021 às 13:00 horas do dia 06/08/2021. Período para lances 06/08/2021 a partir das 14:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: 11 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 23 de julho de 2021. Douglas Menezes Souza – Pregoeiro.

Licitações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES

Em atendimento ao artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/1993:

CONTRATADO: SMARAPD INFORMÁTICA LTDA, 423/2020, Contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares de gestão pública, incluindo a prestação de serviços técnicos especializados para instalação, assessoria técnica para implantação, migração de dados, adaptação, ajustes da solução, treinamento de usuários e corpo técnico de informática, manutenção técnica, manutenção legal e suporte técnico, R\$ 1.140.000,00, 04/09/2020, PC 2916/2020. CONTRATADO: EDNA DE CASTRO SOUSA – ME, 424/2020, contratação de empresa para execução de ações e serviços de educação no trânsito, R\$ 231.300,00, 04/09/2020, PC 1479/2020. CONTRATADO: CÓDIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, 425/2020, aditamento ao contrato nº 452/2019, contratação de empresa para execução de recuperação estrutural da Escola Municipal Kátia Regina Carvalho Ribeiro, 04/09/2020, PA 5514/2019. CONTRATADO: MEDICALL FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI, 426/2020, contratação de empresa para fornecimento de kit para insulino dependente, R\$ 1.015.000,00, 04/09/2020, PA 6171/2019. CONTRATADO: BELMIRO ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, 427/2020, contratação de empresa para confecção e instalação de corrimões nos Parques Oriental e Linear – trecho 1, R\$ 113.502,70, 04/09/2020, PC 3399/2020. CONTRATADO: L. DE A. NEVES PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, 428/2020, aditamento ao contrato nº 207/2020, contratação de empresa para recapeamento asfáltico de trecho nas ruas: Clemente Peralta, Graça Aranha e Vereador Fortunato Pandolfi Arnoni – Jardim Caçula R\$ 28.699,98, 04/09/2020, PA 2599/2020.

Portarias:

PORTARIA Nº. 33.125, DE 29 DE JUNHO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 32.152, de 03 de setembro de 2020, NOMEAR os funcionários abaixo relacionados para constituírem a “Comissão Técnica de Análise de EIV/RIT” nos termos do Decreto Municipal nº. 6.923/2019 conforme segue:

-Luciana Gianina Lima

-Moisés de Souza Silva

-Iuna Gabriela da Silva

Processo 8409/2018

PORTARIA Nº. 33.144, DE 08 DE JULHO DE 2021. REVOGAR a nomeação da funcionária LETICIA MARIA WOLF OLIVEIRA no cargo Chefe de Unidade de Desenvolvimento Urbano, conforme consta na Portaria nº 32.832, de 11 de maio de 2021, NOMEAR LETICIA MARIA WOLF OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 52.637.887-6 e CPF nº. 456.681.768-78, para exercer o cargo de Diretor de Unidade de Desenvolvimento Urbano, provimento em comissão, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01 de julho de 2021. Processo 189/2021

PORTARIA Nº. 33.168, DE 13 DE JULHO DE 2021. EXONERAR, DANILO AFONSO DE CARVALHO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 42.999.764-4 e CPF nº. 362.818.908-09, do cargo de Assessor de Gabinete I, regime Estatutário, provimento comissão, lotado no Gabinete do Prefeito, a contar de 24 de maio de 2021. Processo 4068/2013